

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <p style="text-align: center;"><u>734/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 21/06/2016 – DOU de 21/06/2016 – Edição Extra)</p> <p>Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.</p> <p>PRESIDENTE: Deputada Rosangela Gomes VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz RELATOR: Senador Eduardo Lopes RELATOR REVISOR: Deputado Hugo Leal</p> | 27-06-2016 | 05-08-2016 (*) | 19-08-2016 (*) | <p>18-10-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 44/2016)</p> <p>DOU de 11-08-16</p> | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 7 (sete) emendas.</p> <hr/> <p>Tramitação na Comissão Mista: Designação: 23-06-2016 Instalação: 05-07-2016 Aprovado o Parecer nº 43/2016-CN, em 13-09-2016, pela apresentação do PLV nº 27, de 2016. À CD</p> <hr/> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados: Leitura da matéria em 14-09-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 27/2016, em 19-09-2016. A matéria vai ao Senado Federal</p> <hr/> <p>Tramitação no Senado Federal: Leitura da matéria em 20-09-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 27/2016, em 04-10-2016. A matéria vai à sanção.</p> <hr/> <p>Sanção: Lei nº 13.351, de 25 de outubro de 2016 (DOU de 26/10/2016) VET 45/2016</p> <hr/> <p>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo: Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 19-10-2016. Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 03-02-2017</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <u>735/2016</u> (de 22/06/2016 – DOU de 23/06/2016) | 29-06-2016 | 07-08-2016 (*) | 21-08-2016(*) | 20-10-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 45/2016) DOU de 11-08-16 | Foram apresentadas 127 (cento e vinte e sete) emendas. |
| <p>Altera as Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.</p> <p>PRESIDENTE: Senador Hélio José VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Uczai RELATOR: Deputado José Carlos Aleluia RELATOR REVISOR: Senador Antonio Carlos</p> | | | | | <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u> Designação: 27-06-2016 Instalação: 05-07-2016 Aprovado o Parecer nº 53/2016-CN, em 05-10-2016, pela apresentação do PLV nº 29, de 2016. À CD.</p> |
| | | | | | <p><u>Tramitação na Câmara dos Deputados:</u> Leitura da matéria em 06-10-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 29/2016, em 11-10-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> |
| | | | | | <p><u>Tramitação no Senado Federal:</u> Leitura da matéria em 14-10-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 29/2016, em 19-10-2016. A matéria vai à sanção.</p> |
| | | | | | <p><u>Sanção:</u> Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016 (DOU de 18/11/2016) VET 47/2016</p> |
| | | | | | <p><u>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo:</u> Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 03-11-2016. Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 26-02-2017.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <p style="text-align: center;"><u>737/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 06/07/2016 – DOU de 07/07/2016)</p> <p>Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.</p> <p>PRESIDENTE: Deputada Cristiane Brasil. VICE-PRESIDENTE: (vago) RELATOR: Senador Antônio Carlos Valadares RELATOR REVISOR: Deputado Guilherme Mussi</p> | 13-07-2016 | 21/08/2016 (*) | 04/09/2016 (*) | 03-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 47/2016) DOU de 25-08-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 5 (cinco) emendas.</p> <hr/> <p>Tramitação na Comissão Mista: Designação: 11-07-2016 Instalação: 13-07-2016 Aprovado o Parecer nº 52/2016-CN, em 04-10-2016, pela apresentação do PLV nº 28, de 2016. À CD.</p> <hr/> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados: Leitura da matéria em 06-10-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 28/2016, em 17-10-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> <hr/> <p>Tramitação no Senado Federal: Leitura da matéria em 18-10-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 28/2016, em 01-11-2016. A matéria vai à sanção.</p> <hr/> <p>Sanção: Lei nº 13.361, de 23 de novembro de 2016 (DOU de 24/11/2016)</p> <hr/> <p>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo: Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 16-11-2016. Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 04-03-2017.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|---|---|
| <u>738/2016</u> (de 06/07/2016 – DOU de 07/07/2016) Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.199.618.070,00, para os fins que especifica. | 13-07-2016 | 21/08/2016 (*) | 04/09/2016 (*) | 03-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48/2016) DOU de 25-08-16 | <p style="text-align: center;">Não foram apresentadas emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:</u> Leitura: 11-07-2016</p> <p>Aprovado o Parecer nº 63/2016-CN, em 19-10-2016, pela Medida Provisória na forma enviada pelo Poder Executivo. À CD.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Câmara dos Deputados:</u> Leitura da matéria em 24-10-2016</p> <p><u>Perda de Eficácia:</u> Prazo de vigência encerrado em 03-11-2016, sem que a matéria tenha sido apreciada nas Casas do Congresso Nacional. Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 57/2016 (DOU de 08.11.2016)</p> <hr/> <p><u>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo:</u></p> <p>Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 18-11-2016. Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 12-02-2017.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <p style="text-align: center;"><u>739/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 07/07/2016 – DOU de 08/07/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.</p> <p>PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho VICE-PRESIDENTE: Deputado Jones Martins RELATOR: Deputado Zeca Cavalcanti RELATOR REVISOR: (vago)</p> | 14-07-2016 | 22/08/2016 (*) | 05/09/2016 (*) | 04-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 49/2016) DOU de 25-08-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 165 (cento e sessenta e cinco) emendas.</p> <hr/> <p>Tramitação na Comissão Mista: Designação: 12-07-2016 Instalação: 13-07-2016 Aprovado o Parecer nº 61/2016-CN, em 18-10-2016, pela apresentação do PLV nº 30, de 2016. À CD.</p> <hr/> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados: Leitura da matéria em 20-10-2016 Perda de Eficácia: Prazo de vigência encerrado em 04-11-2016, sem que a matéria tenha sido apreciada nas Casas do Congresso Nacional. Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58/2016 (DOU de 08.11.2016)</p> <hr/> <p>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo: Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 19-11-2016. Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 13-02-2017.</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>740/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 13/07/2016 – DOU de 14/07/2016)</p> <p>Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 353.771.447,00, para os fins que especifica.</p> | 02/08/2016 | 28/08/2016 | 11/09/2016 (*) | 10-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 51/2016) DOU de 09-09-16 | <p>Não foram apresentadas emendas.</p> <hr/> <p>Tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Leitura: 19-07-2016 Perda de Eficácia: Prazo de vigência encerrado em 10-11-2016, sem que a matéria tenha sido apreciada nas Casas do Congresso Nacional. Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº60/2016 (DOU de 17.11.2016)</p> <hr/> <p>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo: Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 25-11-2016 Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 19-02-2017</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <p style="text-align: center;"><u>741/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 14/07/2016 – DOU de 15/07/2016)</p> <p>Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.</p> <p>PRESIDENTE: Deputado Fábio Ramalho VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger RELATOR: Senador Davi Alcolumbre RELATOR REVISOR: Deputado Augusto Coutinho</p> | 03/08/2016 | 29/08/2016 | 12/09/2016 (*) | <p>11-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 52/2016)</p> <p>DOU de 09-09-16</p> | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 34 (trinta e quatro) emendas.</p> <hr/> <p>Tramitação na Comissão Mista:</p> <p>Designação: 19-07-2016 Instalação: 22/08/2016</p> <p>Aprovado o Parecer nº 65/2016-CN, em 08-11-2016, pela apresentação do <u>PLV nº 32, de 2016</u>. À CD.</p> <hr/> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados:</p> <p>Leitura da matéria em 08-11-2016</p> <p>Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 32/2016, em 08-11-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> <hr/> <p>Tramitação no Senado Federal:</p> <p>Leitura da matéria em 09-11-2016</p> <p>Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 32/2016, em 09-11-2016. A matéria vai à sanção.</p> <hr/> <p>Sanção: Lei nº 13.366, de 1º de dezembro de 2016 (DOU de 02/12/2016) <u>VET 48/2016</u></p> <hr/> <p>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo:</p> <p>Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 24-11-2016.</p> <p>Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 12-03-2016.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <p style="text-align: center;"><u>742/2016</u> (de 26/07/2016 – DOU de 26/07/2016 Edição Extra)</p> <p>Dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.</p> <p>PRESIDENTE: (vago) VICE-PRESIDENTE: Deputado Ságuas Moraes RELATOR: Deputado José Rocha RELATOR REVISOR: Senador Paulo Rocha</p> | 08/08/2016 | 09/09/2016 | 23/09/2016 (*) | 22-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53/2016) DOU de 14-09-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 4 (quatro) emendas.</p> <hr/> <p>Tramitação na Comissão Mista:</p> <p>Designação: 01-08-2016 Instalação: 22/08/2016</p> <p>Aprovado o Parecer nº 62/2016-CN, em 19-10-2016, pela apresentação do PLV nº 31, de 2016. À CD.</p> <hr/> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados:</p> <p>Leitura da matéria em 20-10-2016</p> <p>Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 31/2016, em 09-11-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> <p>Perda de Eficácia: Prazo de vigência encerrado em 22-11-2016, sem que a matéria tenha sido apreciada nas Casas do Congresso Nacional</p> <p>Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 62/2016 (DOU de 29/11/2016).</p> <hr/> <p>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo:</p> <p>Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 07-12-2016.</p> <p>Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 03-03-2017.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|---|
| <p style="text-align: center;"><u>743/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 29/07/2016 – DOU de 01/08/2016)</p> <p>Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 789.947.044,00, para o fim que especifica.</p> | 07/08/2016 | 15/09/2016 | 29/09/2016 | 28-11-2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 54/2016) DOU de 14-09-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 4 (quatro) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:</u></p> <p>Leitura: 03-08-2016</p> <p>Aprovado o Parecer nº 90/2016-CN, em 24-11-2016, que conclui pela aprovação da Medida Provisória <u>nos termos propostos pelo Poder Executivo</u>. A matéria vai à CD.</p> <p>Perda de Eficácia: Prazo de vigência encerrado em 28-11-2016, sem que a matéria tenha sido apreciada nas Casas do Congresso Nacional. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 63/2016 (DOU de 29/11/2016).</p> <p><u>Prazos para Projeto de Decreto Legislativo:</u></p> <p>Prazo de 15 dias para elaboração do PDL na Comissão Mista (art. 11, caput e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN): 13-12-2016.</p> <p>Prazo de 60 dias para elaboração do PDL na SLCN (art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, caput e § 2º da Resolução nº 1/2002-CN): 09-03-2017</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>744/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 01/09/2016 – DOU de 02/09/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.</p> <p>PRESIDENTE: Deputado Sâguas Moraes VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha RELATOR: Senador Lasier Martins RELATOR REVISOR: Deputada Angela Albino</p> | 08/09/2016 | 17/10/2016 | 31/10/2016 | 09/02/2017 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 55/2016) DOU de 26-10-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 47 (quarenta e sete) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u></p> <p>Designação: 06-09-2016 Instalação: 19-10-2016 Aprovado o Parecer nº 102/2016-CN, em 08-12-2016, pela apresentação do PLV nº 35, de 2016. À CD.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Câmara dos Deputados:</u></p> <p>Leitura da matéria em 13-12-2016. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 35/2016, em 14-12-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|---|--|
| <p style="text-align: center;"><u>745/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 15/09/2016 – DOU de 16/09/2016)</p> <p>Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.</p> <p>PRESIDENTE: Senador Telmário Mota VICE-PRESIDENTE: Deputado Domingos Sávio RELATOR: Deputado Leonardo Quintão RELATOR REVISOR: Senador Romero Jucá</p> | 22/09/2016 | 31/10/2016 | 14/11/2016 | 23/02/2017 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 56/2016) DOU de 08-11-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 24 (vinte e quatro) emendas.</p> <p>Tramitação na Comissão Mista: Designação: 20-09-2016 Instalação: 19-10-2016 Aprovado o Parecer nº 89/2016-CN, em 23-11-2016, pela apresentação do PLV nº 33, de 2016. À CD.</p> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados: Leitura da matéria em 29-11-2016 Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 33/2016, em 07-12-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> <p>Tramitação no Senado Federal: Recebida a matéria em 14-12-2016</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>746/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 22/09/2016 – DOU de 23/09/2016 – Edição Extra)</p> <p>Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.</p> <p>PRESIDENTE: Deputado Izalci VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer RELATOR: Senador Pedro Chaves RELATOR REVISOR: Deputado Wilson Filho</p> | 29/09/2016 | 07/11/2016 | 21/11/2016 | 02/03/2017 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59/2016) DOU de 16-11-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 568 (quinhentos e sessenta e oito) emendas.</p> <p>Tramitação na Comissão Mista: Designação: 27-09-2016 Instalação: 19-10-2016 Aprovado o Parecer nº 95/2016-CN, em 30-11-2016, pela apresentação do PLV nº 34, de 2016. À CD.</p> <p>Tramitação na Câmara dos Deputados: Leitura da matéria em 30-11-2016. Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 34/2016, em 13-12-2016. A matéria vai ao Senado Federal.</p> <p>Tramitação no Senado Federal: Recebida a matéria em 14-12-2016.</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|---|
| <p style="text-align: center;"><u>747/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 30/09/2016 – DOU de 03/10/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.</p> <p>PRESIDENTE: Senador Cidinho Santos VICE-PRESIDENTE: Deputada Gorete Pereira RELATOR: Deputado Nilson Leitão RELATOR REVISOR: Senadora Lúcia Vânia</p> | 09/10/2016 | 17/11/2016 | 01/12/2016 | 12/03/2017 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 61/2016) DOU de 24-11-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 41 (quarenta e uma) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u></p> <p>Designação: 05-10-2016 Instalação: 19-10-2016</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>748/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 11/10/2016 – DOU de 13/10/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 12.587, de 3 janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.</p> <p>PRESIDENTE: Deputado Julio Lopes VICE-PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos Valadares RELATOR: Senador Fernando Bezerra RELATOR REVISOR: Deputado José Rocha</p> | 19/10/2016 | 27/11/2016 | 11/12/2016 | 22/03/2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 64/2016) DOU de 1º-12-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 37 (trinta e sete) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u></p> <p>Designação: 17-10-2016 Instalação: 09-11-2016</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|---|---|
| <p style="text-align: center;"><u>749/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 13/10/2016 – DOU de 13/10/2016 – Edição Extra)</p> <p>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.</p> <p>PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra VICE-PRESIDENTE: Deputado Fernando Monteiro RELATOR: Deputado João Carlos Bacelar RELATOR REVISOR: Senadora Simone Tebet</p> | 19/10/2016 | 27/11/2016 | 11/12/2016 | 22/03/2016 (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 65/2016) DOU de 1º-12-16 | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 11 (onze) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u></p> <p>Designação: 18-10-2016 Instalação: 09-11-2016</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>750/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 09/11/2016 – DOU de 03/11/2016)</p> <p>Abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça do Trabalho e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no valor de R\$ 82.562.979,00, para os fins que especifica.</p> <p>RELATOR: RELATOR REVISOR:</p> | 09/11/2016 | 18/12/2016 | 11/02/2017 | A prorrogar | <p style="text-align: center;">Foi apresentada 1 (uma) emenda.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:</u></p> <p>Leitura: 03-11-2016</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>751/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 09/11/2016 – DOU de 10/11/2016)</p> <p>Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras Providências.</p> <p>PRESIDENTE: Deputado Roberto Balestra VICE-PRESIDENTE: Senador Benedito Lira RELATOR: Senadora Ana Amélia RELATOR REVISOR: Deputado Lucas Virgílio</p> | 16/11/2016 | 04/02/2017 | 18/02/2017 | A prorrogar | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 42 (quarenta e duas) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u></p> <p>Designação: 14-11-2016 Instalação: 13-12-2016</p> |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|--|--|
| <p style="text-align: center;"><u>752/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 24/11/2016 – DOU de 25/11/2016)</p> <p>Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências.</p> <p>PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira VICE-PRESIDENTE: Deputado Domingos Sávio RELATOR: Deputado Sergio Souza RELATOR REVISOR: Senador Wilder Moraes</p> | 01/12/2016 | 19/02/2017 | 05/03/2017 | A prorrogar | <p style="text-align: center;">Foram apresentadas 90 (noventa) emendas.</p> <hr/> <p><u>Tramitação na Comissão Mista:</u></p> <p>Designação: 29-11-2016 Instalação: 13-12-2016</p> |
| <p style="text-align: center;"><u>753/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 19/12/2016 – DOU de 19/12/2016 Edição Extra)</p> <p style="text-align: center;">(Retificação DOU – de 20/12/2016 Edição Extra)</p> <p>Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para dispor sobre compartilhamento de recursos.</p> | 06/02/2017 | 15/03/2017 | 29/03/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>754/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 19/12/2016 – DOU de 20/12/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico.</p> | 06/02/2017 | 16/03/2017 | 30/03/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>755/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 19/12/2016 – DOU de 20/12/2016)</p> <p>Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.</p> | 06/02/2017 | 16/03/2017 | 30/03/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|---|--------------------|---|------------------------------------|--|--|
| <p style="text-align: center;"><u>756/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 19/12/2016 – DOU de 20/12/2016)</p> <p>Altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.</p> | 06/02/2017 | 16/03/2017 | 30/03/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>757/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 19/12/2016 – DOU de 20/12/2016)</p> <p>Institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e dá outras providências.</p> | 06/02/2017 | 16/03/2017 | 30/03/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>758/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 19/12/2016 – DOU de 20/12/2016)</p> <p>Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.</p> | 06/02/2017 | 16/03/2017 | 30/03/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>759/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 22/12/2016 – DOU de 23/12/2016)</p> <p>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>760/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 22/12/2016 – DOU de 23/12/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|--|--|
| <p style="text-align: center;"><u>761/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 22/12/2016 – DOU de 23/12/2016)</p> <p>Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>762/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 22/12/2016 – DOU de 23/12/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>763/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 22/12/2016 – DOU de 23/12/2016)</p> <p>Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>764/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 26/12/2016 – DOU de 27/12/2016)</p> <p style="text-align: center;">(Republicação – DOU 28/12/2016)</p> <p>Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público, em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.

CONTROLE DOS PRAZOS DE TRAMITAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO SENADO FEDERAL E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Medidas Provisórias tramitando no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – Posteriores a EC nº 32/2001, de 11-9-2001)

| <u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> | Prazo para emendas | Regime de urgência obstruindo a pauta a partir de | Prazo final no Congresso (60 dias) | Prorrogação Prazo Final (§ 7º art. 62 CF/88) | <u>RESUMO DA TRAMITAÇÃO</u> |
|--|--------------------|---|------------------------------------|--|--|
| <p style="text-align: center;"><u>765/2016</u></p> <p style="text-align: center;">(de 29/12/2016 – DOU de 30/12/2016)</p> <p>Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, e dá outras providências.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>766/2017</u></p> <p style="text-align: center;">(de 04/01/2017 – DOU de 05/01/2017)</p> <p>Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |
| <p style="text-align: center;"><u>767/2017</u></p> <p style="text-align: center;">(de 06/01/2017 – DOU de 06/01/2017</p> <p style="text-align: center;">- Edição Extra)</p> <p>Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.</p> | 07/02/2017 | 19/03/2017 | 02/04/2017 | A prorrogar | Aguardando recebimento de emendas |

(*) Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal de 1988.